BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 06 | junho 2020

Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: junho de 2020

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de junho.

Editores:
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças
Rua da Alfândega 5-A
0110 – 016 Lisboa
Telefone: +351 218 823 390
Fax: +351 218 823 399
URL: http://www.gpeari.gov.pt
E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia
Rua da Prata, 8
0149-147 Lisboa
Telefone: +351 217 921 372
Fax: +351 217 921 398
URL: http://www.gee.gov.pt
E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1747-9012

(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Videoconferências dos Ministros das Finanças da União Europeia 9 de junho de 2020	Do debate ocorrido na videoconferência dos Ministros da Finanças da União Europeia de 9 de junho de 2020 destacam-se os seguintes temas: ▪ **Plano de recuperação para a Europa** – Os Ministros procederam a uma troca de pontos de vista sobre o plano de recuperação da Europa na sequência da pandemia de COVID-19. O debate centrou-se nas necessidades de reparação, recuperação e resiliência da economia da UE e na estrutura básica do plano de recuperação da Europa. Os Ministros salientaram a importância deste plano por forma a assegurar uma recuperação económica sustentável focada em objetivos estratégicos comuns, como uma transição ecológica e digital. Os Ministros debateram igualmente a ligação deste plano de recuperação com o Semestre Europeu, bem como a avaliação das necessidades nacionais de investimento e reforma. No entanto, os Ministros das finanças realçaram a necessidade de maximizar o seu impacto, minimizar os encargos administrativos e evitar eventuais duplicações. Os Ministros abordaram também questões relacionadas com a dimensão financeira do instrumento de recuperação, a natureza e os critérios de alocação dos fundos ou o quadro de governação. A Comissão, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) apresentaram também uma panorâmica da aplicação das medidas tomadas até à data. ▪ **Semestre Europeu** – Os Ministros das Finanças analisaram as recomendações específicas por país para o exercício de 2020 do Semestre Europeu. Tendo em conta a deterioração substancial da situação económica em todos os estados-membros, decorrente da pandemia de COVID-19, e a ativação da cláusula de derrogação do Pacto de Estabilidade e Crescimento em março de 2020, as recomendações deste ano centram-se em cinco áreas prioritárias, apesar de apresentarem um caráter horizontal: investimento nos sistemas de cuidados de saúde, preservação do emprego e resposta ao impacto social da crise, investigação e desenvolvimento, cedência de liquidez e estabilidade do setor financeiro e preservação do mercado único e da circulação de bens e serviços. Estas recomendações serão adotadas formalmente pelo ECOFIN depois de aprovadas pelo Conselho Europeu.
Videoconferência do Eurogrupo 11 de junho de 2020	Do debate ocorrido na videoconferência do Eurogrupo de 11 de junho de 2020 destacam-se os seguintes temas: ▪ **Eleição para a Presidência do Eurogrupo** – Decorrente da aproximação do final do mandato do atual presidente do Eurogrupo, Mário Centeno, que cessará a 12 de julho, os Ministros foram informados sobre o processo de eleição de um novo presidente. Neste contexto, foi clarificado que, até 25 de junho, os Ministros que tenham interesse na ocupação do cargo poderão apresentar as respetivas candidaturas. O Eurogrupo deverá eleger um novo presidente na próxima reunião agendada para 9 de julho de 2020. ▪ **Relatório de supervisão reforçada relativo à Grécia** – O Eurogrupo debateu o sexto relatório de supervisão reforçada relativo à Grécia. Em linha com as conclusões do relatório, os Ministros das finanças da área do euro concluíram que tinham sido cumpridas as

Iniciativa	Sumário
	condições que permitem o desembolso da terceira tranche de medidas de alívio de dívida, sujeitas ao cumprimento, por parte da Grécia, dos compromissos de continuidade da implementação e execução das reformas acordadas. Os relatórios trimestrais de supervisão reforçada, publicados pela Comissão ao abrigo do quadro de supervisão reforçada, permitem o acompanhamento rigoroso da situação económica, orçamental e financeira e dos compromissos assumidos pela Grécia, aquando do término do programa de assistência financeira concedido pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade à República Helénica.
Situação de alerta, contingência e calamidade Conselho de Ministros de 25 de junho de 2020	Aprovou hoje a resolução que dá continuidade ao processo de desconfinamento iniciado a 30 de abril, declarando a situação de alerta, contingência e calamidade, consoante o território, com efeito a partir das 00:00h do dia 1 de julho e até 23:59h do dia 14 de julho de 2020.
Regime contraordenacional aplicáveis ao incumprimento do estado de calamidade Conselho de Ministros de 25 de junho de 2020	Aprovou o decreto-lei que estabelece o regime contraordenacional aplicável ao incumprimento dos deveres estabelecidos por declaração da situação de alerta, contingência ou calamidade. Prevê-se a possibilidade de aplicação de coimas de €100,00 a € 500,00 no caso de pessoas singulares, e de € 1000,00 a € 5000,00 no caso de pessoas coletivas.
Arrendamento urbano habitacional e não habitacional – Retoma económica dos estabelecimentos Conselho de Ministros de 25 de junho de 2020	Aprovou a proposta de lei, a submeter à apreciação da Assembleia da República, que altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Atos por meios de comunicação à distância – Instituto Nacional da Propriedade Industrial Conselho de Ministros de 25 de junho de 2020	Aprovou o decreto-lei que prorroga a vigência das normas excecionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, até 31 de dezembro de 2020. Este diploma aplica-se essencialmente a processos que correm termos nos julgados de paz, a atos, processos e procedimentos de registo e procedimentos conduzidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Garantias dos contribuintes – Simplificação do sistema fiscal Conselho de Ministros de 25 de junho de 2020	Aprovou a proposta de lei que altera diversas disposições fiscais no âmbito da justiça tributária, tendo em vista um reforço das garantias dos contribuintes, da simplificação do sistema fiscal e de redução dos litígios existentes.
Transposição de Diretiva – Trabalho Marítimo – Organização Internacional do Trabalho Conselho de Ministros de 25 de junho de 2020	Aprovou proposta de Lei que autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho a bordo das embarcações de pesca e da atividade de marítimos a bordo de navios, transpondo as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131.
Programa de Estabilização Económica e Social -- Manutenção de contrato de trabalho	Aprovou o Decreto-Lei que estabelece a prorrogação do apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial e cria outras medidas de proteção ao emprego, no âmbito da pandemia COVID-19.

Iniciativa	Sumário
em situação de crise empresarial Conselho de Ministros de 18 de junho de 2020	
Programa de Estabilização Económica e Social – Código dos Contratos Públicos – Código de Processo nos Tribunais Administrativos Conselho de Ministros de 18 de junho de 2020	Aprovou a proposta de lei, a submeter à apreciação da Assembleia da República, que estabelece medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos (CCP) e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos. Promove o acesso aos contratos públicos por parte dos operadores económicos e as tecnologias de informação e conhecimento, para contratos que tenham como objeto a execução de projetos cofinanciados por fundos europeus e para contratos que executem medidas de execução do Programa de Estabilização Económica e Social.
Código do Procedimento Administrativo Conselho de Ministros de 18 de junho de 2020	Aprovou uma proposta de lei, a submeter à apreciação da Assembleia da República, que promove a simplificação de diversos procedimentos administrativos, incluindo das autarquias locais, e introduz alterações ao Código do Procedimento Administrativo.
Banco Português de Fomento (BPF) – Auxílios de Estado Conselho de Ministros de 18 de junho de 2020	Aprovou o Decreto-lei que cria o Banco Português de Fomento (BPF) que deverá fomentar a modernização das empresas e o desenvolvimento económico e social, designadamente colmatando falhas de mercado ou situações de necessidade de otimização de investimento e promovendo a sustentabilidade e a coesão económica, social e territorial em Portugal. O BPF é uma sociedade anónima de capitais detidos exclusivamente por entes públicos, qualificando-se para todos os efeitos legais como uma sociedade financeira. Aguarda-se decisão final da Comissão Europeia no âmbito do procedimento formal de notificação de Auxílios de Estado.
Transposição de Diretiva – Sistema Internacional de Unidades Conselho de Ministros de 18 de junho de 2020	Aprovou a proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o sistema de unidades de medida legais, de modo a contribuir para a implementação uniforme do Sistema Internacional de Unidades (SI) e facilitar a sua utilização pelos diferentes operadores económicos e pela sociedade portuguesa em geral (Diretiva 2019/1258).
Transposição de Diretiva – Serviços da Sociedade de Informação Conselho de Ministros de 18 de junho de 2020	Aprovou o Decreto-lei que define as regras a que obedece o procedimento de informação no domínio de regulamentações técnicas relativas a produtos e regras relativas aos serviços da sociedade da informação. Com a transposição da Diretiva 2015/1535 fica assegurada a aplicação atualizada do procedimento de notificação prévia e a desmaterialização do mesmo, caucionando-se o cumprimento das obrigações do Estado Português nesta matéria.
Código do IVA – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias Conselho de Ministros de 18 de junho de 2020	Aprovou a proposta de lei que altera o código de IVA, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e legislação complementar relativa a este imposto, no âmbito do tratamento do comércio eletrónico. Esta proposta tem por objetivo modernizar as regras do IVA aplicáveis ao comércio eletrónico transfronteiriço de bens e assegurar uma maior neutralidade no tratamento das empresas estabelecidas na União, introduzindo-se mecanismos de simplificação do cumprimento das obrigações de IVA decorrentes destas operações.
Orçamento Suplementar para 2020 – Programa de Estabilização Económica e Social	Aprovou o Orçamento Suplementar para 2020. A proposta de lei aprovada altera a Lei do Orçamento do Estado para 2020, permitindo a materialização do Programa de Estabilização Económica e Social. Em síntese: Alteram-se os limites máximos para a concessão de garantias

Iniciativa	Sumário
Conselho de Ministros de 9 de junho de 2020	pelo Estado e por outras pessoas coletivas de direito público e atualizam-se os limites de endividamento autorizados pela Assembleia da República; Autoriza-se o aumento do endividamento líquido das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; Suspendem-se os limites ao endividamento regional estabelecidos na Lei das Finanças das Regiões Autónomas; Estabelece-se um regime especial de dedução de prejuízos fiscais; No que se refere aos pagamentos por conta em sede de IRS e de IRC, procede-se a um ajustamento às regras e formas de pagamento relativas aos pagamentos devidos no período de tributação de 2020; Cria-se um adicional de solidariedade sobre o setor bancário, cuja receita visa contribuir para suportar os custos da resposta pública à atual crise, através da sua consignação ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social; Reinstituiu-se o Crédito Fiscal Extraordinário de Investimento (CFEI II), criando uma dedução para as despesas de investimento realizadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021, com a obrigação de manutenção de postos de trabalho durante um período de três anos; Prevê-se um regime excecional de pagamento em prestações para dívidas tributárias e dívidas à Segurança Social; Prevê-se a dispensa de visto prévio do Tribunal de Contas para os procedimentos cujo valor dos contratos seja inferior a 750 000,00€; Inclui-se uma autorização legislativa para o Governo poder criar um apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial que é definido em função da quebra de faturação e permitindo a redução de período normal de trabalho, estabelecendo limitações aos despedimentos e à distribuição de dividendos.
Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) – Alteração da recalendarização da orçamentação por programas – Implementação da Entidade Contabilística Estado Conselho de Ministros de 9 de junho de 2020	Aprovou a proposta de lei que altera a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). As principais alterações dizem respeito: à recalendarização da orçamentação por programas e da implementação da Entidade Contabilística Estado; aos prazos do Orçamento do Estado, propondo-se a entrega para o dia 10 de outubro e aumentando-se para 50 dias o prazo de votação do OE pela AR; à flexibilização dos limites do quadro plurianual; e ao incremento da transparência, quer no âmbito dos elementos do OE e respetiva execução orçamental, quer no âmbito do processo de tomada de decisão da AR.
Acordo de Parceria ACP-UE – Desenvolvimento económico, cultural e social dos Estados ACP Conselho de Ministros de 9 de junho de 2020	Aprovou a decisão do Comité de Embaixadores ACP-UE, de 17 de dezembro de 2019, de adotar medidas transitórias para prorrogar a aplicação das disposições do Acordo de Parceria ACP-UE. A resolução, a submeter à aprovação da Assembleia da República, estabelece o Acordo de Parcerias entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e a Comunidade Europeia e os seus Estados Membros, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento económico e cultural e social dos Estados ACP, contribuindo para a sua paz e segurança.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Assunto/Diploma	Descrição
Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Tolerância e flexibilização de prazos Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 5/2020-R - Diário da República n.º 123/2020, Série II de 2020-06-26	Tolerância e flexibilização de prazos relacionados com obrigações de prestação e divulgação de informação das empresas de seguros, mediadores de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões, no âmbito das medidas extraordinárias e de caráter urgente em resposta ao surto pandémico Coronavírus - COVID-19.
Pacto de Estabilização Económica e Social – Comparticipações financeiras da segurança social Portaria n.º 160/2020 - Diário da República n.º 123/2020, Série I de 2020-06-26	Alarga o prazo de vigência da medida excecional relativa às comparticipações financeiras da segurança social, aprovado através da Portaria n.º 85-A/2020, de 3 de abril.
Boas práticas de deposição de resíduos para efeitos de prevenção do contágio do novo coronavírus (SARS-CoV-2) Resolução da Assembleia da República n.º 30/2020 - Diário da República n.º 123/2020, Série I de 2020-06-26	Recomenda ao Governo que promova boas práticas de deposição de resíduos de materiais e equipamentos de proteção individual, para efeitos de prevenção do contágio do novo coronavírus (SARS-CoV-2).
Cumprimento de obrigações fiscais (Covid-19) – IVA Despacho SEAF nº229/2020-XXII, de 2020-06-24	Cumprimento de obrigações fiscais (Covid-19).
Define regras especiais para a Área Metropolitana de Lisboa Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-B/2020 - Diário da República n.º 119/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-22	Define regras especiais para a Área Metropolitana de Lisboa no âmbito da situação de calamidade declarada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29 de maio, na sua redação atual.
Apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho – Medidas de proteção ao emprego – Programa de Estabilização Económica e Social Decreto-Lei n.º 27-B/2020 - Diário da República n.º 118/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-06-19	Prorroga o apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho em situação de crise empresarial e cria outras medidas de proteção ao emprego, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social.
ACT- Fiscalização de locais de trabalho Despacho n.º 6344/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série II de 2020-06-16	Determina que compete à ACT fiscalizar o cumprimento das regras específicas da DGS, no que respeita à prevenção da transmissão da infeção por SARS-CoV-2, designadamente nos locais de trabalho, incluindo áreas comuns e instalações de apoio, bem como nas deslocações em viaturas de serviço, em particular, nas áreas da construção civil e das cadeias de abastecimento, transporte e distribuição, caracterizadas por grande rotatividade de trabalhadores e onde se tem verificado maior incidência e surtos da doença COVID-19, especialmente nos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Sintra.
Programa Adaptar (COVID-19) Deliberação n.º 661/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série II de 2020-06-16	Programa Adaptar (COVID-19) - delegação de competências - Dr. Carlos Manuel Sales Abade.
Linha de apoio à tesouraria das microempresas turísticas (COVID-19) Deliberação n.º 660/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série II de 2020-06-16	Linha de apoio à tesouraria das microempresas turísticas (COVID-19) - subdelegação de competências - Dr. Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves.
Linha de apoio à tesouraria das microempresas turísticas (COVID-19) Deliberação n.º 659/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série II de 2020-06-16	Linha de apoio à tesouraria das microempresas turísticas (COVID-19) - subdelegação de competências - Dr.ª Elisabete Alcântara Félix.

Assunto/Diploma	Descrição
Proteção dos créditos das famílias e das empresas – Regime especial de garantias pessoais do Estado Decreto-Lei n.º 26/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série I de 2020-06-16	Altera as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado.
Interdição de desembarques nos portos nacionais Despacho n.º 6251-B/2020 - Diário da República n.º 113/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-06-12	Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.
Interdição do tráfego aéreo de e para países que não integram a União Europeia Despacho n.º 6251-A/2020 - Diário da República n.º 113/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-06-12	Prorrogação da interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções.
Prorroga a declaração da situação de calamidade Resolução do Conselho de Ministros n.º 43-B/2020 - Diário da República n.º 113/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-06-12	Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Controlo de pessoas e fronteiras durante a pandemia Resolução do Conselho de Ministros n.º 43-A/2020 - Diário da República n.º 113/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-12	Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.
Programa de Estabilização Económica e Social Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020 - Diário da República n.º 110-A/2020, Série I de 2020-06-06	Aprova o Programa de Estabilização Económica e Social.
Prorrogação da situação de calamidade Declaração de Retificação n.º 23-A/2020 - Diário da República n.º 109/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-04	Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29 de maio, que prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, publicada no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 105, 29 de maio de 2020.
Altera as medidas excecionais e temporárias – COVID-19 Decreto-Lei n.º 24-A/2020 - Diário da República n.º 105/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-05-29	Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.
Prorroga a declaração da situação de calamidade Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020 - Diário da República n.º 105/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-05-29	Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Outras Medidas

Assunto / Diploma	Sumário
Transposição de Diretivas -- Progresso técnico em equipamento elétrico e eletrónico Decreto-Lei n.º 28/2020 - Diário da República n.º 123/2020, Série I de 2020-06-26	Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de substâncias perigosas em equipamento elétrico e eletrónico.
Contratos fiscais de investimento – Indústria transformadora	Aprova os contratos fiscais de investimento a celebrar entre o Estado Português e as sociedades Kirchhoff Automotive Portugal, S. A., HILODI - Historic Lodges & Discoveries, S.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2020 - Diário da República n.º 120/2020, Série I de 2020-06-23	A., MAAP - MA Automotive Portugal, S. A., e DS Smith Paper Viana, S. A.
Acesso ao ensino superior público de estudantes de vias profissionalizantes ou cursos artísticos especializados Portaria n.º 150/2020 - Diário da República n.º 119/2020, Série I de 2020-06-22	Terceira alteração à Portaria n.º 181-D/2015, de 19 de junho, regulamentando a candidatura às instituições de ensino superior públicas para os estudantes que tenham concluído o nível secundário de educação por vias profissionalizantes ou em cursos artísticos especializados.
Altera o regime da organização e funcionamento do XXII Governo Decreto-Lei n.º 27-A/2020 - Diário da República n.º 118/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-06-19	Altera o regime da organização e funcionamento do XXII Governo Constitucional.
Economia descarbonizada – Produção industrial de hidrogénio – Projeto de Sines Despacho n.º 6403-A/2020 - Diário da República n.º 116/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-06-17	Abertura de período para manifestação de interesse para participação no futuro Projeto Importante de Interesse Europeu Comum (IPCEI) Hidrogénio.
Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada – Programa do Governo – Políticas públicas sustentáveis Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série I de 2020-06-16	Cria a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada.
Conselhos Sectoriais para a Qualificação Despacho n.º 6345/2020 - Diário da República n.º 115/2020, Série II de 2020-06-16	Constituição e regulamentação dos Conselhos Sectoriais para a Qualificação.
Nomeação dos Secretários de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, do Orçamento, das Finanças e do Tesouro Decreto do Presidente da República n.º 25-E/2020 - Diário da República n.º 114/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-15	São nomeados, sob proposta do Primeiro-Ministro, com efeitos a 15 de junho de 2020, António Mendonça Mendes Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, Cláudia Joaquim Secretária de Estado do Orçamento, João Nuno Marques de Carvalho Mendes Secretário de Estado das Finanças e Miguel Jorge de Campos Cruz Secretário de Estado do Tesouro.
Nomeação do Ministro de Estado e das Finanças Decreto do Presidente da República n.º 25-D/2020 - Diário da República n.º 114/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-15	É nomeado, sob proposta do Primeiro-Ministro, com efeitos a 15 de junho de 2020, João Rodrigo Reis Carvalho Leão para o cargo de Ministro de Estado e das Finanças.
Exoneração do Ministro de Estado e das Finanças Decreto do Presidente da República n.º 25-C/2020 - Diário da República n.º 114/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-15	É exonerado, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, com efeitos a 15 de junho de 2020, Mário José Gomes de Freitas Centeno do cargo de Ministro de Estado e das Finanças.
Competitividade e Internacionalização – Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 140/2020 - Diário da República n.º 114/2020, Série I de 2020-06-15	Oitava alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização anexo à Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro.
Programa do Governo – Compensações financeiras à CP Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2020 - Diário da República n.º 113/2020, Série I de 2020-06-12	Autoriza as compensações financeiras decorrentes do contrato de prestação de serviço público celebrado entre o Estado e a CP, E. P. E.
Indemnizações compensatórias para a Transtejo – Indemnizações compensatórias para a Soflusa	Aprova a distribuição de indemnizações compensatórias, no ano de 2020, para a Transtejo - Transportes do Tejo, S. A., e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S. A.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 41-A/2020 - Diário da República n.º 112/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-09	
Transposição de Diretiva – Transporte de mercadorias perigosas Decreto-Lei n.º 24-B/2020 - Diário da República n.º 111/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-06-08	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, transpondo a Diretiva 2018/1846 (UE).
Cargos de Direção Superior da AP – Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública Despacho n.º 6061/2020 - Diário da República n.º 109/2020, Série II de 2020-06-04	Aprova o Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública.
Programa de Recuperação Económica e Social 2020-2030 Despacho n.º 6033-B/2020 - Diário da República n.º 108/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-06-03	Designa o Prof. Doutor António Costa Silva para assegurar a coordenação dos trabalhos preparatórios de elaboração do Programa de Recuperação Económica e Social 2020-2030.
Promoção turística do destino Portugal – Turismo de Portugal 2020-2025 Despacho n.º 5944/2020 - Diário da República n.º 106/2020, Série II de 2020-06-01	Aprova o regulamento do modelo de contratualização do apoio financeiro a conceder pelo Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal), no período de 2020-2025, a medidas e projetos de promoção turística, no âmbito de iniciativas de valorização, inovação e promoção do destino Portugal.